PAULO FERREIRA DA CUNHA

ARTE JUSTA

CONSTITUIÇÃO & JUSTIÇA NA SOCIEDADE GLOBAL



•

Prefácio	7
Prólogo na Terra	13
LIVRO I	
DIREITO, SOCIEDADE E CULTURA	
Parte I DIÁLOGOS E SÍNTESES JURÍDICO-POLÍTICAS NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	
Capítulo I — Uma nova bizâncio? Inquietações contemporâneas	21
1. Sede de Distinção e Falsas Elites 2. Superficialidade/Perenidade 3. Alienação e Mentira 4. Politicamente correto/Prudência 5. Conjuntura e História 6. Ódio e Bodes Expiatórios.	21 24 24 25 26 27
Capítulo II — Os Tempos e os Modos	27 34
1. Amnésia histórica e vivencial 2. Ilusões dos Melhores 3. Aposta no Futuro 4. Ventos de Anomia 5. Falta de Crítica 6. Paladinos 7. Declaração de Desinteresse	34 35 35 38 38 38 40
Capítulo IV — Totens e Tabus na Sociedade da Informação	41
Capítulo I — Redescobrir Athena	45 48

•	•		

Capítulo III — Divindade e Democracia?	53 58
Parte III DIREITO E AMOR	
Capítulo I — Introdução e Pressupostos Metodológicos	64 69 73 75
Parte IV ENCRUZILHADAS DO PENSAMENTO JURÍDICO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	
Capítulo I — Breve Estado da Arte	79
Capítulo II — Novos Ventos no Direito	83 85
Parte V GLOBALIZAÇÃO	
Capítulo I — Direito e Juristas Globalizadores	91 93 95 99
LIVRO II	
JUSTIÇA E CONSTITUIÇÃO	
Parte I "A BOCA DA LEI": <i>TRANSFORMAÇÕES & DESAFIOS DA JUSTIÇA</i>	
Capítulo I — O Sagrado e o Profano	105
	109
	113
Parte II "TER RAZÃO POR ÚLTIMO". <i>SOBRE TER RAZÃO NA JUSTIÇA</i>	
	121 133
 2. "Está decidido" 3. Alçadas 4. Recursos 	133 141 144 146 148

•

6. Caso Julgado7. Justiça, Segurança, Paz social	150 154
Capítulo III — Polissemias da Justiça	157
 Ponto da Situação	157 158 165 170
PARTE III JUSTIÇA CONSTITUCIONAL PORTUGUESA	
Capítulo I — Brevíssima História Constitucional Portuguesa	171 174 175 179
DIREITO CONSTITUCIONAL GLOBAL	
Capítulo I — Direitos Humanos, Tribunal Constitucional Internacional e Tribunal Europeu dos Direitos Humanos	183
Do "Suave Milagre" nos Direitos Humanos O Tribunal Constitucional Internacional e o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos	183 188
 2.1. O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos como Solução da Objeção Soberanista	188 190 192 194
a. A Urgência	194 195 196
Capítulo II — Da Constituição Material	197
 Da Constituição material em geral e no contexto interno Da Constituição material no contexto internacional 	197 199
Capítulo III — A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção Europeia dos Direitos Humanos na Constituição Material Universal	205
Contextualização Declaração Universal dos Direitos Humanos	205 205

GESTLEGAL

3. Convenção Europeia dos Direitos Humanos	208
24 A 112 t	200
3.1. Aspetos metodológico-sistemáticos	208
3.2. Regras e exceções. O caso do Direito à Vida	209
3.3. Irradiação de constitucionalidade material: o caso da Liberdade de	
Expressão	210
3.4. Genealogia da Constituição material: o Preâmbulo	211
Capítulo IV — Perspetiva	214
Parte V "ILUMINISMO" & PRUDÊNCIA JUDICIAIS	
Capítulo I — Décalage. Contemporaneidade a várias velocidades	217
gicas e um prefácio	218
Capítulo III — Harold Wilson, Marx, Tocqueville, Rossi-Landi, Teilhard de	
Chardin: diálogos	219
Capítulo IV — Luís Roberto Barroso e o "Iluminismo" do/no Judiciário	221
Capítulo V — Imprescindibilidade da virtude da prudência no poder judicial	224
Capítulo VI — Problemas do ativismo judicial	227
Capítulo VII — Confluências e limites	229
Parte VI JUSTIÇAS CONSTITUCIONAIS MULTINÍVEL	
Capítulo I — Defesa da constituição e dos tribunais constitucionais nacionais	233
Capítulo II — Projeto de um tribunal constitucional internacional (TCI)	239
4. P	220
1. Positivação. O Corpus	239
2. Objetivos. O Animus	240
3. Funções	241
4. Composição	242
5. Exequibilidade	242
Capítulo III — Balanço e prospetivas	243
LIVRO III	
INSTRUMENTA	
Parte I A EQUIDADE, O FACTO E O DIREITO	
Capítulo I — Equidade, categoria jurídica transversal e fundante	247
Capítulo II — De alguma doutrina contemporânea portuguesa	250
Capítulo III — O Clássico e a tradição	251
Capítulo IV — Funções, modalidades, facto e direito	252
Capítulo V — Equidade e Direito Natural	252
Capítulo VI — Equidade e Caso Concreto. Questão-de-facto ou questão-de-	232
-direito?	253

Capítulo VII — De que Direito se trata? Capítulo VIII — E de que Equidade? Capítulo IX — E de que facto(s)? Capítulo X — Equidade entre facto e direito Capítulo XI — Uma aplicação: danos não patrimoniais e equidade	255 257 258 260 262
Parte II DO HABEAS CORPUS	
Capítulo I — Recorte teórico preliminar	276 283 286 288
Parte III 'DIABOLUS EX MACHINA'?	
Capítulo I — Recursos, demanda da Justiça	295 297 298 300 301 304 307 308 310
LIVRO IV Paradigmas	
Parte I DO PARADIGMA ÉTICO DO DIREITO DEMOCRÁTICO	
Capítulo I — Do Estado da questão Capítulo II — Da Ética e da sua Crise Capítulo III — Males e Remédios Capítulo IV — Menoridade Capítulo V — Vulnerabilidade Capítulo VI — Liberdade, Sonhos e seus inimigos Capítulo VII — Revolução Moral Capítulo VIII — Mudança de Paradigma Jurídico Capítulo IX — Ética Republicana e Direito Democrático Capítulo X — Desafios	315 316 322 323 324 325 326 327 328 332
Parte II O PARADIGMA CONSTITUIÇÃO. VELHAS E NOVAS LIBERDADES	
Capítulo I — Liberdade(s) e Constitucionalismo(s)	335 340 343

GESTLEGAL

Parte III
CORONAVÍRUS, SOCIEDADE E DIREITO
· ·

Capítulo I — Galerias de Retratos	347 350 352 354 356
Parte IV Aproximações a um direito fraterno humanista	
M ROMMINGOLS IN ON DIRECTO TRATERINO HOMANISTA	
I. Velhos Paradigmas, um Novo Paradigma	359
II. Justiça e Povo no Novo Paradigma	362
III. Valores Jurídicos Superiores	362
IV. Em busca de Orientação	362
V. Sentido(s) de Justiça	363
VI. Importância do Estado Constitucional e das Constituições Cidadãs	363
VII. Valores e Princípios	364
VIII. Direito em Ação	364
IX. Formar para um Direito Novo	364
X. Novo Paradigma como Ciência de Rigor e Ação Justa	365
Palimpsestos	367
Bibliografias	373
Jurisprudência	391
Índice	395



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt